

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Prof. Ms. Osvaldo José Sobral*

Resumo: O tema deste artigo é “Educação e Diversidade”, e a problematização: Quais são as representações conceituais dos discentes do Curso de Pedagogia, da UEG-UnU/Inhumas, suas concepções teóricas, atualizadas, sobre a temática e como poderá ser efetivada uma prática pedagógica pautada na relação entre Educação e Diversidade? O objetivo principal foi apreender as representações conceituais e concepções teóricas assimiladas pelos acadêmicos sobre a díade educação-diversidade, por intermédio dos componentes curriculares, da prática pedagógica, e das AEA. E, a metodologia foi a pesquisa bibliográfica em: Almeida *et al.* (2007); Cavalleiro (2003); Mantoan (2006; 2009); Marques e Marques (2003); Mazzotta (2005); além de documentos e leis. Os dados coletados por intermédio de questionários, com perguntas fechadas e de múltiplas escolhas, foram aplicados em 116 acadêmicos, dentre os 146 matriculados no Curso de Pedagogia, da UEG – UnU/Inhumas, em agosto de 2012, mediante assinaturas do TCLE. Abordou-se: inclusão educacional; condutas sexuais humanas: sexo, sexualidade e orientação sexual; relações étnicas no Brasil: um recorte histórico sobre os afrodescendentes na sociedade brasileira. Espera-se que esta discussão possa contribuir para o enriquecimento e aprofundamento desta formação acadêmica, e, instigar professores e acadêmicos a desenvolverem intervenções na prática pedagógica, no estágio e projetos de pesquisa ou extensão para a cidade de Inhumas e municípios circunvizinhos, que envolvam as temáticas aqui abordadas.

Palavras-chaves: educação; diversidade; inclusão; sexualidade; relações étnicas.

1. Introdução

Este texto artigo científico – apresentado à III Semana de Integração, XII Semana de Letras e XIV Semana de Pedagogia – é constituído por uma parte do trabalho acadêmico, resultado de um projeto de pesquisa homônimo, autorizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PrP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), desenvolvido no Campus Inhumas, no período de maio de 2011 a novembro de 2012.

O projeto de pesquisa teve como tema a díade “Educação e Diversidade”, e como problematização a seguinte questão-problema, que a investigação pretendeu responder: Quais são as representações conceituais dos discentes do Curso de Pedagogia, da UEG-UnU/Inhumas, suas concepções teóricas, atualizadas, sobre a temática e como poderá ser efetivada uma prática pedagógica pautada na relação entre Educação e Diversidade?

O objetivo geral foi o de apreender as representações conceituais e concepções teóricas assimiladas pelos acadêmicos sobre a díade educação-diversidade, por intermédio dos componentes curriculares e da prática pedagógica. E, os objetivos específicos foram: 1) analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, da UEG-UnU/Inhumas, no que se

* Autor e Pesquisador Responsável: Psicólogo (UCG/1994), Especialista em Docência Universitária (UCG/2001), Mestre em Educação (FE/UFG-2008) e Professor do Ensino Superior em cursos de graduação e pós-graduação, na UEG – Câmpus Inhumas e Faculdade de Inhumas – FacMais.

refere à temática pesquisada; 2) realizar um levantamento dos conteúdos relativos ao tema educação-diversidade, que os acadêmicos já tomaram conhecimento, bem como os que desejam conhecer; 3) constatar quais os conteúdos mais relevantes e emergentes para serem estudados nas Atividades de Enriquecimento e Aprofundamento (AEA), minicursos e palestras; e 4) propor uma prática pedagógica que acrescente, efetivamente, concepções sólidas e atualizadas a respeito da temática proposta.

A metodologia da pesquisa teve uma finalidade aplicada, de objetivo exploratório, com a abordagem do problema quantitativa-qualitativa, e com o levantamento bibliográfico das seguintes obras: Almeida *et al.* (2007); Cavalleiro (2003); Mantoan (2006; 2009); Marques e Marques (2003); Mazzotta (2005); e documentos de orientação e leis federais. E, empírico, no qual foram aplicados 116 questionários entre os 146 matriculados do primeiro ao quarto ano do Curso de Pedagogia, da UEG, Campus Inhumas, mediante assinaturas do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE.

Buscou-se, assim, uma noção do conceito de “diversidade”, que começou a se tornar obrigatória no debate de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, de resgate de direitos humanos, de promoção de igualdade de oportunidades e de enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência, não somente na escola, mas, na sociedade como um todo. Neste sentido, como afirma Santos (1995 *apud* MANTOAN, 2009, p. 5): “[...] é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”.

2. Inclusão Educacional

A história da humanidade é uma história de exclusão de pessoas que não se encaixam no “padrão homogeneizante de condutas e corpos” (MARQUES; MARQUES, 2003, p. 238). Todos aqueles que nasciam fora da expectativa estética ou possuíam ou adquiriam uma “doença” considerada infectocontagiosa eram segregados fora dos limites das cidades. “Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuíram para que as pessoas portadoras de deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas” (MAZZOTTA, 2005, p. 16, grifado no original). De acordo com Mazzotta (2005, p. 16; 17),

a própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição

humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. [...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. [...] até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa.

No século XX, já na década de 1980, a educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil, acontecia somente em instituições de “ensino especial”. Com o processo de abertura democrática do país e a Constituição Federal, que afirma no “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” e “Art. 206. [...] I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), em 1989, foi promulgada a “Lei da Integração”, que promoveu, involuntariamente, a “exclusão”, dentro das escolas de rede regular de ensino, pois

o processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe regular ao ensino especial, em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. [...] nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. [...] a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências. (MANTOAN, 2006, p. 195).

Somente a partir de 1990, com a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, da Conferência Mundial de Jomtien/Tailândia, do Decreto nº 914, de 1993, que propôs uma “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, da Declaração de Salamanca, de 1994, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é que a “inclusão” de alunos com “necessidades educacionais especiais” começou a se efetivar, formalmente, nas escolas regulares. Neste sentido, de acordo com Almeida *et al.* (2007, p. 330),

a escola inclusiva deve ser uma escola que recebe e inclui a todos os alunos sem discriminar cor, raça, etnia, gênero, orientação sexual e/ou qualquer condição física e psicológica. [...] A escola inclusiva é aquela que se prepara

para atender, indistintamente, a todos aqueles que desejam efetuar matrícula no sistema regular de ensino, proporcionando, a todos, oportunidades e possibilidades de se construírem enquanto seres humanos capazes de assumirem seus lugares na sociedade.

Não obstante, é imprescindível a reflexão de que a atitude social, no que diz respeito às pessoas consideradas “especiais” – por manifestarem diferenças corporais, sensoriais e/ou comportamentais, frente à norma padrão cultural –, é a de sentimentos e “atitudes de caridade e de proteção, que dissimulam o sentido maior da exclusão social” (MARQUES; MARQUES, 2003, p. 229). Sobre a mudança de paradigma e aquisição de novas concepções sobre a relação entre educação e diversidade, Marques e Marques (2003, p. 229; 238) afirmam que

[...] experimentamos a transição de um novo modo de ser. Essa nova ordenação característica de nossa atualidade se apresenta como uma forte crise de concepções, decerto decorrente da coexistência de velhos e novos valores. Como toda transição, a convivência do velho com o novo, ao mesmo tempo em que exige mudança, gera insegurança naqueles que se vêem diante da necessidade de substituir o conhecido e o seguro pelo desconhecido. Por conseguinte, concepções são postas em xeque, e novas formas de encarar o mundo preenchem os espaços deixados pela derrocada das antigas idéias. [...] O desafio está lançado. Não há receitas prontas, por isso não há caminho a trilhar, mas a abrir. O único instrumento que temos hoje para iniciar essa caminhada é a certeza de que é preciso romper definitivamente com a idéia do absoluto, do padrão homogeneizante de condutas e de corpos. Assumir a diversidade é, em suma, assumir a vida como ela é: rica e bela na sua forma plural.

Nesse entendimento, é preciso que ocorra uma ampla e aprofundada discussão com representantes das instituições governamentais e educacionais, e, especialmente, dos estudiosos/pesquisadores do tema “Inclusão Educacional”, para que, finalmente, as diversificadas necessidades, de todos os alunos sejam, realmente, atendidas de forma especial.

3. Condutas Sexuais Humanas: sexo, sexualidade e orientação sexual

A sexualidade humana, historicamente, vem sendo concebida de forma equivocada como sendo um conceito sinônimo de sexo. Fato que – em função da palavra “sexo” estar relacionada aos aspectos biológicos, das diferenças sexuais e reprodutivas do ato sexual – vem causando constrangimentos, mal entendidos, exclusões individuais, segregações grupais e, em muitos casos, violência simbólica, psicológica, física e, até, assassinatos. Neste sentido, vale questionar: Qual a diferença entre sexo e sexualidade?

Atualmente a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e o outro se refere à parte física da relação sexual. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações (BRASIL, 2008, p. 29, grifado no original).

Nesse entendimento, a “orientação sexual” pode ser compreendida como a maneira por intermédio da qual cada ser humano se encontra com outro para se relacionar afetiva e/ou sexualmente. Esta forma de orientação, assim como todas as demais orientações da existência humana, é desenvolvida conforme as demandas e circunstâncias da história de vida e escolhas realizadas desde o nascimento de cada pessoa. Nesta concepção,

orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade. (BRASIL, 2008, p. 29, grifado por mim).

Não obstante, é preciso esclarecer que a “orientação sexual” somente tem a possibilidade se tornar uma “opção” pessoal – após as prováveis experiências afetivas e sexuais vivenciadas na adolescência – na fase adulta.

4. Relações Étnicas: um recorte histórico sobre os afrodescendentes na sociedade brasileira

Uma educação que tenha uma proposta teórica e metodológica pautada na perspectiva da antidiscriminação étnico-cultural precisa compreender que as relações étnicas no Brasil somente podem ser percebidas refazendo-se um caminho histórico. Neste entendimento,

a libertação dos escravos, no Brasil, em 13 de maio de 1888, tornou os africanos e afro-brasileiros iguais ao homem branco, perante a lei. [...] Constata-se, no entanto, que a lei abolicionista não possibilitou a cidadania para a massa de ex-escravos e de seus descendentes. A partir da promulgação da lei, os ex-escravos e seus descendentes foram segregados social e economicamente. [...] A atual posição de inferioridade socioeconômica do negro não deve ser relacionada unicamente à sua condição no momento da abolição da escravidão. (CAVALLEIRO, 2003, p. 28).

Nessa perspectiva, Cavalleiro (2003, p. 28-29), chama a atenção para a ideologia da “democracia racial”, que conforme acredita a autora, na sociedade brasileira atual, configura-se como “um elemento complicador da situação do negro. [...] Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo” (grifado no original).

Outra face dessa ideologia perversa configura-se na sua apropriação pelos próprios indivíduos negros que, em situação social, apreendem a visão que a sociedade construiu sobre eles, levando-os a reproduzir preconceitos e atitudes discriminatórias dirigidas ao seu próprio grupo étnico [...]. O racismo no Brasil foi denominado, erroneamente, de “racismo cordial”. [...] Esse racismo, [...] acarreta grandes prejuízos para aqueles que lutam diariamente contra um inimigo “invisível”, que não aparece em hora, situação ou lugar predeterminados. Sua ação, porém, é cruel para aqueles que, sob a pele negra, buscam sobrevivência física e emocional próprias e de seus familiares. Em consequência desse racismo, o negro tem sido impedido de construir uma cidadania plena, encontrando-se desprotegido diante de situações de violência. (CAVALLEIRO, 2003, p. 30, grifado no original).

Diante dessa compreensão percebe-se que os afrodescendentes desde muito cedo é estimulado a não valorizar sua cultura, a negar seus traços, pele, textura e cor de cabelo, e crer que ele é esteticamente feio e humanamente inferior. Assim sendo, essa concepção pode conduzi-los a adotarem uma autonegação da própria cultura – arte, hábitos, costumes, crenças, estética, religiosidade etc. –, que se constitui em uma perda das suas raízes ancestrais, condição que possibilita a crença no “ideal branco”, de origem europeia. Tal ideologia não aceita a diversidade da espécie humana e afirma, de forma sutil, outras nem tanto, uma suposta superioridade da etnia nórdica e da cultura anglo-saxã ou norte-americana.

5. Procedimentos Empíricos e Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Como já foi apresentado na introdução, o procedimento empírico adotado na pesquisa teve como instrumento de coleta de dados o questionário, com questões objetivas, de múltipla escolha, aplicados em 116 acadêmicos do Curso de Pedagogia – 32 do 1º ano/2º período, 27 do 2º ano/4º período, 30 do 3º ano/6º período e 28 do 4º ano/8º período –, sendo que 107 são do sexo feminino e, apenas, nove são do sexo masculino, que residem em sua maioria no município de Inhumas, seguido de um grupo menor na capital, Goiânia, e os demais em outras cidades próximas a ambas. E, dentre os 116 acadêmicos pesquisados, quarenta são professores entre um e três anos, um de quatro a seis anos e, mais um, de sete a nove anos.

No que se refere à idade dos participantes, a faixa etária é bastante heterogênea, pois abrange alguns adolescentes entre dezesseis e dezoito anos indo até pessoas adultas acima dos quarenta anos de idade, mas, há uma prevalência da faixa etária entre os dezenove e os 21 anos, seguida da faixa que vai dos 22 aos 24 anos de idade, que compreendem mais da metade da amostra, e os muito jovens e os maiores de 25 anos de idade, embora em número significativo, constituem a minoria.

Em sua maioria são solteiros, embora os casados constituam um pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos sujeitos, seguidos por uma minoria que constituem um pequeno subgrupo de divorciados e outros. E, o maior subgrupo no que se refere à religião é o dos católicos, sendo que os protestantes/evangélicos constituem, também, um pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos sujeitos pesquisados.

A grande maioria dos acadêmicos se constitui de egressos do Ensino Médio, tendo apenas, alguns poucos, do magistério e outros cursos técnicos. E, os que já são professores atuam há poucos anos e, também, com atuação, majoritária, entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

6. Dados Coletados na Pesquisa

A respeito dos temas, pré-estabelecidos, que os sujeitos compreendem que estão inseridos ou relacionados com a temática geral da Educação e Diversidade, os resultados destacaram o tema “Dificuldades e Problemas de Aprendizagem”, que é possível inferir que se deve ao fato dos acadêmicos compreenderem que ele está intimamente vinculado à temática da Inclusão Educacional, a qual todas as turmas, mesmo os primeiros anos, têm grande familiaridade por ser um dos pontos teóricos e práticos mais polêmicos e discutidos no âmbito da educação escolar, na atualidade. O que desperta a atenção e o interesse dos futuros professores. E, apenas sete sujeitos indicaram “outro” tema que gostariam de estudar: 1) “Cotas Sociais”; 2) “Indisciplina/Disciplina”; 3) “Oficinas de Aulas Práticas”; 4) “De falar em público”; e 5) “Preparar professores para a questão das drogas”.

7. Considerações Finais

Durante a realização deste trabalho foi possível perceber que, na atualidade, com os movimentos de consolidação da diversidade humana – tanto no âmbito social como no contexto da educação formal, escolar – a exclusão de pessoas dissonantes ao poder dominante

e padrão homogeneizante, talvez não ocorra de uma forma tão, explicitamente, segregante como em tempos remotos. No entanto, os mecanismos de exclusão são mais complexos e incidem sobre grupos minoritários mais diversos. Sendo que tais mecanismos se manifestam por intermédio da dificuldade ou impossibilidade da alteridade interpessoal, intergrupal e intercultural.

Foi possível analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de Pedagogia, da UEG, Campus Inhumas, no que se refere à temática pesquisada, compreendendo que este contempla, parcialmente, as temáticas relativas à diáde Educação e Diversidade. Tal projeto é originário do PPC elaborado por uma equipe vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, no ano de 2005, sendo que a ênfase dada, mais especificamente, à temática em questão, se deu a partir da sua reformulação ocorrida em 2007, com o advento da “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação”, que teve como meta primordial “integrar efetivamente, até o final de 2007, todas as instituições de Educação Infantil (públicas e privadas) aos respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 2007, p. 21). Juntamente com o estágio supervisionado em docência na Educação Infantil, substituindo a ênfase na Gestão Escolar, incluíram-se as disciplinas de “Educação e Diversidade” e “Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”, com Lei nº. 10.436 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº. 5.626 (BRASIL, 2005), que dispõem sobre a LIBRAS.

Finalmente, para que se desenvolva um PPC voltado para a discussão, reflexão e prática dos assuntos associados à Educação e Diversidade, é necessário um envolvimento de todos os professores do quadro docente da IES. E, para tanto, é essencial que todos sejam dotados de uma concepção convicta, sólida, aprofundada, atualizada e contextualizada, para que consigam trabalhar sob uma perspectiva interdisciplinar, abordando em todas as disciplinas da matriz curricular do curso, as questões pautadas nestas temáticas.

Referências

ALMEIDA, Dulce B. de *et al.* Política Educacional e Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. **Educação**. CE/UFSM. Santa Maria (RS), v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, SEEP, 2012, 103p.

_____. **Decreto nº. 914**, de 6 de setembro de 1993: Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. **Lei nº 10.436**: de 24 de abril de 2002: que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 28 jun. 2012.

_____. **Decreto nº. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005: que regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 28 jun. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília, DF: MEC, SEB, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: SEDH, 2008. 31p.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: 9 de março de 1990. UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

GOIÁS. Universidade Estadual de Goiás. Pró-Reitoria de Graduação. **Projeto Político e Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Anápolis, GO: UEG/PRG, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p. 183-209.

_____. **O Direito à Diferença na Igualdade de Direitos**. Publicado em: 10 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/mantoan.php>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

MARQUES, Carlos A.; MARQUES, Luciana P. Do Universal ao Múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L. F. E. C. P. (Orgs.). **Políticas Educacionais, Práticas Escolares e Alternativas de Inclusão Escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 223-239.

MAZZOTA, Marcos J. S. Atendimento Educacional aos Portadores de Deficiência. In: _____. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-25.